

Vida, Criação, Existência e Autonomia em Abrigos

Life, Creation, Existence and Autonomy in Shelters.

Lygia Santa Maria Ayres; Adrielly Selvatici Santos; Izabel Taveira Manhães Braga;
Ludmila da Cunha Mose Ferreira

Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Espírito Santo;
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

Esta pesquisa tem por objetivo pensar as práticas que ocorrem nos abrigos, analisando como se dá a construção do processo de autonomia nestes estabelecimentos. A pesquisa teve início em 2008, quando o grupo entrevistou profissionais de abrigos. Do encontro com as entrevistas surgiu o interesse de pesquisar sobre a temática da autonomia dentro desses estabelecimentos. Como método, utilizamos levantamento bibliográfico para investigar o que é escrito sobre a autonomia nos abrigos e também para discutir sobre o próprio conceito. Dos textos retiramos duas formas distintas de se conceber autonomia, a primeira inspirada em uma tradição transcendente, dualista, e a segunda que concebe autonomia enquanto prática imanente e criativa. Utilizando estas duas fontes de dados (entrevistas e textos), pudemos destacar alguns pontos de análise que serão discutidos ao longo do trabalho. Estes nos dizem de práticas que circundam cenários, as quais podem fortalecer ou constranger o processo de autonomia, ao mesmo tempo.

Palavras-chave: Autonomia; Criação; Abrigos.

ABSTRACT:

This research pretends to think about the practices that occur in Shelters, analyzing the construction of the autonomy process in these establishments. The Research has begun in 2008, when our group interviewed shelter's workers. From the meeting with the interviews, came up the interest to research for the autonomy's thematic. We used, as method, the literature to investigate what is written about autonomy in shelter's spaces and also to discuss the concept itself. From the texts we took two different forms of conceiving autonomy, the first one inspired by a transcendent tradition, dualistic, and the second one that conceives autonomy as an immanent and creative practice. Using these two data sources (interviews and texts), we highlight some points of analysis, which will be discussed along this work. These points tell us about the practices that surround sceneries, which can fortify or constrain the autonomy process at the same time.

Key-words: Autonomy; Creation; Shelters.

Introdução

Procuramos nesse artigo¹ dar visibilidade a questões emergentes do projeto de pesquisa “Autonomia e Abrigamento: um encontro possível?”, desenvolvido durante os anos de 2010 a 2012². A pesquisa em pauta emergiu de estudos anteriores que, partindo

de entrevistas com alguns profissionais que trabalhavam ou já haviam trabalhado em abrigos³, procurou cartografar diferentes instituições que permeiam este universo. Da análise desses dados, o grupo elencou dez analisadores⁴, dentre eles a “construção do processo de autonomia”, que serviu de disparador para o presente artigo. Com ele objetivamos problematizar instituições⁵ que atravessam a construção do processo de autonomia nas situações de abrigamento de crianças e adolescentes.

Caminhamos pelo viés da pesquisa qualitativa por entendermos que os objetos a serem analisados, no nosso caso as redes, tramas e teias que tecem os discursos de construção de autonomia nos abrigos, não possuem uma essência a ser revelada, mas afirmam-se enquanto produções históricas. Sob esse enfoque, consideramos a pesquisa enquanto um campo de investigação e criação social que se faz ao mesmo tempo em que emergem os objetos a serem estudados, ou seja, enquanto processo, movimento contínuo de agenciamento com novos dados, a partir dos quais são levantadas inúmeras possibilidades de análise. Assim, esse modo de pesquisar não se dá enquanto uma trajetória linear, ponto a ponto, previamente determinada.

Chizzotti (1991) nos fortalece na opção por essa caminhada ao postular que

(...) O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado [um sentido]. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (...) (p.79)

O *corpus* dessa pesquisa foi constituído por duas fontes de dados – levantamento bibliográfico de textos acadêmicos que tratam de questões referentes ao conceito de autonomia e entrevistas com profissionais que atuam ou atuaram em abrigos. Cabe esclarecer que, no momento das entrevistas, nos inclinamos à experiência constituída e constituinte na/da narrativa dos profissionais que trabalhavam ou trabalharam nos abrigos, não sendo nosso foco a escolha do estabelecimento quanto à faixa etária atendida, ao gênero, tampouco a condição de sustentação financeira, religiosa. Assim sendo, nossas análises estão centradas nos discursos dos profissionais de diferentes abrigos. Com relação aos textos, foram lidos e analisados artigos, teses, dissertações e livros. A outra fonte foi o conteúdo de oito entrevistas, realizadas com psicólogos, assistentes sociais, educadores e um coordenador de abrigo. Procuramos cartografar, na fala dos entrevistados, instituições que atravessam o campo problemático

em questão, ou seja, os modos naturalizados de se pensar, falar e atuar a respeito do processo de construção de autonomia.

Utilizando Kastrup (2008) para pensar o método cartográfico, trazemos o seguinte trecho:

Para o cartógrafo, é fundamental o traçado do plano problemático. (...) O cartógrafo deve estar atento aos pontos problemáticos, (...) Pois o ponto problemático é um ponto sensível, ponto de bifurcação. Ele revela com nitidez a complexidade do conceito problema, que significa tanto obstáculo e complexidade, quanto experiência de problematização, ponto de abertura e reativação do processo de invenção. (pp. 470-471)

Com esse referencial fomos construindo nossa pesquisa em meio às múltiplas linhas de força presentes nos textos e nas falas dos entrevistados, fontes nas quais encontramos uma diversidade do que seria “ser autônomo”, do que seriam infância, adolescência, abrigo, pobreza, entre tantas outras instituições que circulam e se tornam naturalizadas pelo/no campo social. Com isso pudemos enxergar nessas instituições, que por vezes parecem fixas e rígidas, a própria possibilidade de invenção e movimento, contribuindo para a criação de outros sentidos.

Assim sendo, os questionamentos, os estranhamentos aqui apresentados refletem o nosso encontro com esse material, por meio do qual apontamos uma leitura de fatos, falas e olhares diferenciados sobre a temática da autonomia.

Políticas de Atendimentos à Infância e Juventude - do Internato aos Abrigos

Para pensarmos a transição das lógicas acerca da criança institucionalizada no Brasil, um breve histórico se faz necessário a fim de localizar a passagem de um pensamento sobre a infância pautado na lógica de correção de desvios (Código de Menores) para o pensamento da proteção integral (Estatuto da Criança e do Adolescente), em que a criança passa a ser concebida como um sujeito em desenvolvimento, possuidor de direitos fundamentais garantidores desse processo, que devem ser respeitados e protegidos.

O Código de Menores (1979) tinha como preocupação central crianças e adolescentes considerados em situação irregular em razão de abandono, delinquência ou pobreza. Os olhares se debruçavam, portanto, para a infância pobre, infância esta que fora inscrita historicamente na internação, segregação e institucionalização. Diante das situações tidas como irregulares, o Estado tomava para si a obrigação de educar, criar e ressocializar o “menor”⁶. Mas de que crianças e adolescentes o Código tratava? O artigo

2º da lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, considera em “situação irregular” o menor que não tem providas “condições essenciais a sua subsistência e coloca como real responsável os pais, desresponsabilizando o Estado do seu papel de prover políticas públicas de assistência às famílias”.

No fim dos anos de 1980, discutia-se a elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Ao mesmo tempo, no Brasil acontecia uma forte mobilização e esforço da sociedade civil em prol dos direitos das crianças e adolescentes. Esse movimento provocou a inclusão de um artigo específico sobre os direitos das crianças e adolescentes na Constituição Federal de 1988, conhecida como a constituição cidadã. Posteriormente temos a criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990). A nova lei para a população de 0-18 anos veio absolutamente permeada pela chamada “Doutrina da Proteção Integral”, organizando uma rede, fruto da articulação entre a sociedade civil e o Poder Público, e formando o chamado “Sistema de Garantia de Direitos”, que se propõe a compartilhar as tarefas de promover, defender e mobilizar a sociedade em prol das crianças e adolescentes. Assim sendo, o artigo 3º do ECA afirma que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” e em seu artigo 17 afirma que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Portanto, o ECA coloca em cena uma outra figura de criança, a de um ser de direitos, consequentemente modificando também o cenário das políticas que estava em voga.

Na vigência do Código de Menores, os internatos, adotados como um instrumento de saneamento social, tinham a função de salvar a população infanto-juvenil das mazelas da pobreza. De acordo com Passeti (1999), “no internato as crianças são criadas sem vontade própria, têm sua individualidade sufocada pelo coletivo, recebem formação escolar deficiente e não raramente são instruídas para ocupar os escalões inferiores da sociedade. (p.348).

Já no contexto do ECA, os abrigos devem funcionar enquanto espaços de proteção e acolhimento, os quais se configuram como cenário de desenvolvimento desses jovens. Mas como, nesta lei, a questão do desenvolvimento é pensada e quais as implicações dessa concepção nas práticas cotidianas?

A partir de determinada época, quando os cuidados e os olhares dos médicos, dos pais e do próprio Estado voltaram-se para a infância, formando assim o modelo de família nuclear (FOUCAULT, 2002), inúmeros estudos sobre esse período do chamado desenvolvimento infantil emergiram. Ou seja, à época – fim do século XVIII e início do XIX –, uma mudança no modo de construção de conhecimentos afirmava-se, quando não bastava somente fazer indagações, mas também controlar as variáveis e comprovar as proposições – início da era cientificista. Também no século XIX, Darwin faz seus estudos sobre a evolução da espécie humana. No século XX, estudiosos da área psi começam a pesquisar o desenvolvimento humano, embasando-se nas concepções darwinistas. Assim, pensar o desenvolvimento dentro do contexto da evolução é falar em fases que avançam de forma linear e progressiva – nascemos, crescemos, nos reproduzimos e morremos.

Em meio a essa discussão, os estudiosos passam a pensar possíveis etapas do nosso crescimento biológico e mental e a traçar, a partir de seus experimentos, planos facilitadores das condições essenciais de um desenvolvimento normal e saudável – sendo “normal” e “saudável” aquele que não fugisse a um modelo padrão predeterminado, uma vez que o desvio passa a ser considerado anomalia patológica⁷. Desta concepção surgem os manuais de “como cuidar” para que o indivíduo se desenvolva de forma benéfica.

Acreditamos que a fundamentação da própria lei (ECA), de certa forma vem para postular as boas maneiras, a fim de promover um ambiente ideal propiciador do desenvolvimento normal da criança. Com esta afirmação não queremos retirar a importância desses princípios, mas pensar alguns efeitos de exclusão a outros modos de cuidar. Atravessadas por autores que irão pensar a vida enquanto diferença, procuramos pensar um sujeito-processo, que se constrói em meio a um coletivo e que está em constante modificação. Este chega, sim, a assumir formas, mas essas são provisórias, estando em um processo contínuo de construção e desconstrução de contornos.

Retomando a política de acolhimento no ECA, essa postula que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”. No art. 92, destaca-se que o abrigo deve prezar pelo princípio de “preparação gradativa para o desligamento da instituição” e, através do parágrafo único do art. 101, encontramos a referência ao abrigo como “(...) medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta,

não implicando privação de liberdade.” Ainda no artigo 3º do ECA, encontramos uma das questões que nos deram base para a construção da presente pesquisa: a afirmação da criança e do adolescente como sujeitos que gozam “de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. (ECA - Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990).

Tomando o abrigo como prática de acolhimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, é possível pensar em autonomia neste espaço? Nessa linha de pensamento, introduzimos aqui a noção de abrigo como instituição, para além do espaço físico e do caráter de estabelecimento com normas e infraestrutura particulares. Assim sendo, podem ser pensados como práticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente que, por inúmeras razões, dentre elas, a pobreza⁸, foram impedidos do convívio familiar. Ainda nessa vertente e recortando a construção do processo de autonomia nos abrigos como nosso foco de análise, algumas questões se sobrepõem: o que os profissionais que atuam nos abrigos entendem por autonomia?; e as crianças e adolescentes abrigados, o que pensam, dizem ou atuam com relação a esse tema?; quais práticas auxiliam e quais dificultam a construção desse processo?; o que as situações e fatos ocorridos nos abrigos têm a nos dizer sobre as concepções que neles vigoram?; de que forma essa construção atravessa os diferentes agentes do processo - comunidade, educadores, familiares e crianças/adolescentes?

Através do que pudemos observar e colher das entrevistas, vimos que os abrigos, mesmo que pautados na lógica da proteção e do cuidado, são diferentes entre si quanto a suas práticas e ações no cotidiano, tanto por parte das equipes que lá trabalham quanto pelo movimento dos próprios abrigados. Achamos importante ressaltar esse ponto, pois apesar desses locais possuírem diretrizes comuns, suas práticas cotidianas se dão de maneiras singulares. Igualmente, a autonomia não é vista da mesma maneira por todos esses estabelecimentos, existem visões e modos diferentes de pensá-la e praticá-la.

Problematizando o conceito de autonomia.

A investigação dessa temática gerou questões relativas ao próprio conceito de autonomia. Afinal, do que ele trata? Do que estamos querendo falar quando trazemos

esse conceito? Que efeitos são gerados? Quando ainda estávamos no processo de análise das entrevistas e na produção dos analisadores, tínhamos uma perspectiva a respeito do que seriam e do que não seriam práticas de autonomia. Essa se refletia nos recortes que fazíamos: se naquele abrigo as crianças podiam ou não tomar suas próprias decisões, se tinham a liberdade de sair do estabelecimento no momento que quisessem, se podiam escolher seus cursos, lazer, roupas, entre outros. Ao nos debruçarmos sobre os textos, durante o trabalho de análise bibliográfica, encontramos modos variados de se pensar este assunto, e então passamos a questionar a maneira como estávamos analisando as entrevistas. Percebemo-nos enxergando os relatos sob uma perspectiva negativa, da falta, da comparação a um ideal de autonomia e de sujeito autônomo; estávamos mergulhadas nas generalizações e nas teorizações macro, sem atentar para outras práticas que escapam ao senso comum, afirmando outras formas de viver.

Assim, achamos importante aprofundar um estudo acerca do próprio conceito de autonomia, acompanhando suas várias definições e o efeito das mesmas no cotidiano dos abrigos. Isso porque, perpassadas pelo pensamento de Foucault (1981), quando diz que “teoria é prática”, acreditamos que uma definição não é simples descrição de algo, mas sim criadora de modos de estar na vida. Ao produzir modos de ver e de agir no âmbito social, as concepções teóricas contribuem para construir realidade, e não meramente descrevê-la. Nesse sentido, entendemos que os discursos acerca do conceito de autonomia não descrevem uma realidade objetiva, mas contribuem para a produção e a manutenção de determinados modos de subjetivação.

A partir dos textos encontrados, pudemos perceber os diferentes trajetos da noção de autonomia, questionando sua própria possibilidade de definição. Desse encontro retiramos ao menos dois modos distintos de se conceber autonomia, um primeiro inspirado numa certa tradição transcendente, dualista, individualizante, e outro que procura pensar autonomia enquanto prática imanente e criativa.

No primeiro, a autonomia é um atributo pessoal de um sujeito livre. Essa noção provém de um modo de pensar inaugurado com Descartes no século XVI, que se afirma de forma mais veemente com a instauração da Revolução Francesa e seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. O pensamento cartesiano inaugura a ideia de que há um sujeito do conhecimento, o qual é determinante da experiência. Um sujeito pensado como uma essência pré-existente e fundamental a tudo. A Revolução Francesa, por sua vez, marca o início da era liberal, na qual se prega uma liberdade individual, em que todos têm direito de escolha, podendo se alcançar o status de burguesia por mérito

peçoal. Aqui tudo recai nas costas de um indivíduo “totalmente livre” que exerce sua vontade independente das relações de força operantes no mundo.

Tal tipo de entendimento do humano toma a vontade como um bloco uno, homogêneo, racional, e não como efeito de diferentes lutas e enfrentamentos de desejos contraditórios. Para nos auxiliar nessa questão trazemos Mosé (1996), quando faz uma análise da genealogia empreendida por Nietzsche a respeito da noção de sujeito. Nesse contexto, a autora busca elucidar o processo de produção da subjetividade interiorizada, encapsulada em um indivíduo, a partir da emergência de algumas noções-chave, dentre elas a de vontade: “A crença na verdade e na unidade da vontade sustenta a ideia de sujeito, fazendo crer que toda decisão da vontade é a manifestação de uma essência profunda, única, indivisível. (...) No entanto, o sujeito não é uma unidade. (...) o homem é uma pluralidade, uma luta de forças (...)” (MOSÉ, 1996, p. 239).

Neste contexto, autonomia seria uma qualidade que pode ou não ser obtida pelo indivíduo. Qualidade de autodeterminação, em que o sujeito seria aquele que dá a si suas próprias leis, contrapondo-se à noção de heteronomia, estado em que alguém se submete às leis ou regras formuladas por outros (EIRADO e PASSOS, 2006). Esse modo de conceber autonomia a entende no sentido de um “livre-arbitrismo” (SEGRE, SILVA E SCHRAMM, s/d). Isto é, uma escolha individual, independente das condições a que se é exposto, como se esse sujeito se encontrasse à parte e não fosse justamente produto e produtor destas forças.

O segundo modo de se conceber o conceito de autonomia se embasa em outro modo de entendimento do sujeito, no qual se diz de uma produção subjetiva, de contornos provisórios, de um sujeito que se cria na imanência, na relação. Esse, ao contrário do sujeito cartesiano, não preexiste a nenhuma experiência, e só é enquanto tal. Logo, não se pode pensar em sujeito separado da vida. Tomamos aqui o conceito de vida como “processo de autocriação contínuo” (EIRADO e PASSOS, 2006) e o vivo enquanto território existencial mantido por um sistema autopoietico/autônomo. Estes autores nos apontam ainda para o cuidado de não recairmos num individualismo, pois a afirmação da autocriação “não implica, no entanto, que o processo criativo seja monolítico, unitário. Ao contrário, como veremos, ele não exclui a distinção de planos que se entrecruzam e se criam mutuamente, quer dizer, há um pouco de criatura no criador e um pouco de criador na criatura”. (EIRADO e PASSOS, 2006, p.79).

Isso significa pensar a instância criadora como imanente à criatura. O que está em destaque aqui é o ato inaugural da criação (EIRADO E PASSOS, 2006). Sendo assim, todo ser vivo seria autônomo, uma vez que a própria processualidade da vida tem essa característica. No entanto, o processo sofre perturbações, as quais podem embotar, endurecer, obstruir os fluxos naturais e daí produzir um processo de subjetivação que se configura de “modo sujeitado”, expressão inspirada nos conceitos de grupo sujeito e grupo sujeitado propostos por Guattari (1985). Segundo o autor, essas noções dizem de estados de grupo, não existindo um que é sempre sujeito e outro que é sujeitado. Elas são modulações, movimentos que atravessam o grupo, podendo um grupo ter tanto momentos de sujeição quanto de sujeitamento. Por grupo sujeito, entende-se aquele que se configura de forma mais autogestiva, que debate suas diferenças e consegue criar e afirmar soluções para suas problemáticas em meio a um coletivo no qual há um desapego à hierarquização e as decisões são tomadas de maneira transversal. O grupo sujeitado, por sua vez, seria aquele que se encontra coordenado por regras exteriores à própria realidade vivida e se faz em meio a práticas hierárquicas. A partir disso, entendemos que um processo de subjetivação que desemboca em um modo sujeitado de existência seria aquele que se engessa em códigos, os quais se tornam transcendentais às problemáticas cotidianas. Isso impede, muitas vezes, que outros modos de pensar, ver, agir, existir possam ser afirmados. Modos esses que podem ser mais potentes àquela vida no momento em que pedem passagem.

Por isso, chamamos de processo de construção de autonomia o exercício de rompimento com aquilo que captura o dito fluxo natural da vida. Ao afirmarmos a autonomia enquanto processo e não como atributo, estamos ratificando um posicionamento ético-político, por meio do qual uma dinâmica de seres autônomos surge no dia a dia, produzindo sujeitos que ora estão sujeitados, e ora ganham autoria, criando maneiras outras de estar no mundo. Ou seja, estão sempre em movimento, assumindo diferentes funções.

Freire (2003) confirma este posicionamento quando escreve que “é decidindo que se aprende a decidir” (p. 106), colocando a autonomia como algo que se dá no exercício. Diz o autor: “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas” (p. 107). Trata-se de um processo de construção, de invenção de si e do mundo que só é possível pela experimentação. Não há como prever ou determinar como será o processo, bem como estipular aprioristicamente o que é ser autônomo numa dada situação. Seus

caminhos e efeitos produzidos se dão a conhecer no dia a dia, na convivência. Na situação estudada em nossa pesquisa, essa convivência se dá entre adolescentes, famílias e profissionais, num ato em que ao mesmo que trilha, inventa o caminho a ser trilhado.

Sendo assim, usamos esse conceito como um analisador de diferentes instituições e modos de subjetivação que atravessam o abrigo. Divergindo de uma noção de autonomia aprioristicamente dada, desejamos pensá-la como construção, criação a partir de agenciamentos e linhas de forças provenientes da multiplicidade que nos é constituinte. Se pudéssemos associar o conceito de autonomia a uma palavra, portanto, acreditamos que seria mais interessante pensá-la como criação, invenção de outras formas de vida, outros caminhos, outras formas de ser “autônomo”. Aqui, quando usamos a designação “outras” estamos querendo ressaltar o caráter múltiplo do conceito, já que pretendemos romper com a lógica essencializante dos modos de existência, tomando o cuidado de dizer que não é qualquer criação que potencializa o processo de autonomia. Pode ser que haja saídas de cunho fascista que sejam tão fechadas quanto a anterior. Por isso a importância de se pensar a inseparabilidade entre ética e autonomia, uma vez que é preciso avaliar o que foi criado por um critério de composição⁹ e fortalecimento do vivente e do coletivo em que se está inserido.

Seguindo tais análises, podemos pensar os abrigos como campo que pode tanto produzir embotamento como construir práticas potencializadoras do processo de autonomia.

Discursos/práticas de autonomia nos abrigos: entrelaços e efeitos

O pesquisar, o analisar e o interrogar dados, objetos e hipóteses não são ações soltas e neutras; integram um determinado modo de entender e fazer pesquisa, sustentado em alicerces teóricos bem definidos. No trabalho em pauta, a pesquisa intervenção ratificada pela metodologia foucaultiana de pesquisa analítica interpretativa foi um dos caminhos escolhidos. Assim, a leitura e a análise de objetos só acontecem no atravessamento de múltiplos textos e mitos. É como nos afirmam Rabinow e Dreyfus (1995) com base em Foucault: “a analítica interpretativa [uma combinação da arqueologia e da genealogia] compreende que ela mesma é produzida por aquilo que ela está estudando; consequentemente nunca pode permanecer isenta” (p.138).

Nesse sentido, as transcrições das falas/discursos, os recortes privilegiados expressam nossos encontros, nossas afecções com as práticas que potencializam ou constroem o processo criativo e de produção de autonomia. Através das transcrições pudemos enumerar alguns movimentos/relações que nos chamaram a atenção, e que podem ser destacados: a criação de espaços coletivos de discussão; as relações entre profissionais e criação de alianças; uma prática do possível em meio às lógicas salvacionistas e da caridade; as práticas que dizem da construção de territórios existenciais.

A criação de espaços coletivos de discussão.

A existência de espaços coletivos de discussão nos abrigos foi um aspecto ressaltado na maioria dos discursos dos profissionais entrevistados em nossa pesquisa que apontam a criação de assembleias ou mesmo momentos de trocas de saberes entre técnicos e abrigados como vias que potencializam a construção do processo de autonomia. Guattari (1985) afirma que os grupos vinculados a uma instituição “têm em algum modo uma perspectiva, um ponto de vista sobre o mundo, uma ‘missão’ a cumprir”. (p. 91). Assim, nos abrigos, questões como sexualidade, brigas e roubos podem ser colocadas em debate de forma mais transversal. Ou seja, a partir do momento em que todos os atores envolvidos no cotidiano do abrigo são convocados para participar da gestão do estabelecimento, deixa de existir uma hierarquia rígida e dura. Hierarquia que coloca os técnicos no lugar de gerência dos processos da vida, ignorando, assim, o desejo das crianças e jovens. Um dos entrevistados diz:

(...) essa falta de identidade, de autonomia, às vezes o abrigo, os educadores, a equipe técnica, eles até tentam fazer com que essa criança tenha. Às vezes tem alguns abrigos que conseguem fazer com que a criança trabalhe junto com o técnico, diga os desejos, o que quer, os sonhos. E vai fazer ali, traçar o plano da vida daquela criança, junto com ela. (Coordenador de Abrigo)

A criação de uma assembleia coletiva em que todos têm direito a voto, por si só, não garante a prática de autonomia. Segundo Foucault (2004), ela seria apenas um processo de liberação, podendo ou não garantir uma prática de liberdade. Portanto, esses processos não são garantia de liberdade, mas podem funcionar como elemento fundamental para que ela aconteça.

Pensamos a formação destes espaços de discussão como uma aposta na experiência de grupos sujeitos, ou seja, que sejam automodeladores. Eles não necessitam de referências externas que os regulem e podem fazer leituras de sua própria

dinâmica e de seu entorno. De acordo com Guattari e Rolnik (2010), “a função de autonomização num grupo corresponde à capacidade de operar seu próprio trabalho (...) de cartografia, de se inserir em níveis de relações de força local, de fazer e desfazer alianças etc. (p.51).

Não cabe aqui defender a produção a todo custo de grupos sujeitos; afinal, eles serão sempre provisórios. Acreditamos que sejam possíveis movimentos dentro dos grupos que abram para a criação, para a possibilidade de um caráter de autonomia.

Uma questão relevante é o propósito do dispositivo grupo de discussão. Em algumas entrevistas, percebemos que eles são meros espaços educativos ou de correção, sendo mais um dispositivo de captura dentro do abrigo. Se, por um lado, um grupo de familiares pode ser transformado em apenas um modo de padronização a um modelo hegemônico, por outro pode ser potente, produzindo espaços de criação.

Trazemos aqui uma entrevista que nos apresenta a potência de grupos de discussão, mais especificamente com a criação de um grupo de famílias. Esse grupo se inicia com a participação de poucos pais e, com o tempo, esses familiares vão ocupando esse espaço, podendo assim repensar suas dinâmicas. A construção desse espaço não caminhou por um viés disciplinador, mas problematizou a convivência familiar, suas estruturas e seus movimentos, conseguindo, assim, uma abertura para um funcionamento mais autônomo de um grupo sujeito. Diz a coordenadora do grupo:

Tentei colocar para essas famílias uma situação de se responsabilizarem por aquelas crianças que estavam ali. Colocar essas angústias e eles escolherem o tema para próxima reunião. Eles escolhiam: vamos falar sobre como fica a família que cuida, que não é só a família de pai e mãe, tem a tia, a avó que cuida dos filhos, vamos falar sobre a educação dos filhos. E o objetivo era isso mesmo. Não é só o psicólogo que tem que estar ali dizendo o que é certo e o que é errado, o que a família tem que fazer e o que não tem que fazer. Cada um tem a sua estrutura e vai de acordo com a sua forma (...). (psicóloga)

Outra entrevistada conta de um acontecimento de agressão em uma casa onde moravam algumas meninas. A partir das situações vivenciadas na casa, passa a se aproximar dos cuidadores e das meninas para poder entender aos poucos como se davam as dinâmicas daquela convivência. Com isso, iniciam-se conversas coletivas para se pensar estratégias sobre como lidar com as situações de violência, como nos fala a entrevistada: “Os problemas continuaram acontecendo, mas diminuiu a intensidade. Quando tinha uma situação de violência na casa, de agressão, existia um espaço para

se reunir naquela mesma casa. (...) Os conflitos aconteciam, mas começaram a acontecer com esse espaço de negociação possível”. (psicóloga).

Essa fala nos mostra que o processo de construção de autonomia e de movimentos de grupos sujeitos nesses estabelecimentos acontece de alguma forma em meio aos constrangimentos do dia-a-dia. Construção de autônias possíveis, que nesse momento se constituíram enquanto estratégia de construção de um espaço coletivo de negociação, de criação de si e de mundos.

Essas propostas de trabalho nos parecem potentes, pois colocam em cena outras formas de gestão, acolhendo a diferença e produzindo novas possibilidades de convivência no espaço do abrigo. Assim, é possível romper com formas já cristalizadas, produzir questionamentos acerca do abrigo e construir processos autônomos, momentos de grupos sujeitos que serão sempre singulares.

Relações entre profissionais e criação de alianças:

Nas entrevistas, nos chamou a atenção como se davam as relações entre os profissionais e entre o abrigo e a comunidade, bem como o acolhimento dos embates e a criação de estratégias que dão consistência a relações mais transversais. Ao trazer o conceito de transversalidade, Guattari (1985) a opõe a “uma verticalidade que encontramos, por exemplo, nas descrições feitas no organograma de uma estrutura piramidal (...)” (p.93-4). A transversalidade é aquilo que corta as unidades, as totalidades e as atravessa, recuperando nelas o múltiplo, liberando as multiplicidades. Por vezes, nas entrevistas, pudemos observar práticas dos abrigos que procuravam se transversalizar, que buscavam destituir os lugares de médicos, psicólogos, abrigados, educadores, dentre outros, e que se propunham a pensar a vida enquanto multiplicidade.

Trazemos a fala de uma profissional que relata os embates com a coordenadora do abrigo. Ao chegar ao trabalho, no qual as funções eram bem demarcadas, os lugares definidos e onde havia pouco espaço para trocas, ela se depara com dificuldades, uma vez que pretendia uma prática transdisciplinar:

Eu ficava problematizando: será que existe o que é o certo e o que é o errado? Na verdade, para a freira, para a dirigente do abrigo, existia. A gente podia falar o que a gente quisesse, porque ela ia fazer valer o desejo dela. Se ela achava que aquela criança não tinha o perfil de estar ali, porque estava quebrando o abrigo, porque ela estava tendo um comportamento inadequado, ela pegava e transferia. E aí? Você está ali trabalhando, tentando uma ideologia e não estava sendo ouvida. (psicóloga).

Este trecho nos remete a uma lógica dos lugares bem demarcados, específicos dos trabalhos dos profissionais e uma dificuldade de transversalização dessas funções, além de a uma hierarquização muito forte, na qual a dirigente do abrigo ordenava, sendo sempre sua a palavra final. Observamos como isto constrangia as possibilidades de afirmação de outras práticas.

Em duas outras entrevistas, apareceram situações em que pudemos pensar os modos de relação entre os trabalhadores e entre o estabelecimento abrigo e o seu entorno. Em uma primeira entrevista, a profissional apresenta sua dificuldade para criar alianças com os seus pares, nos mostrando que muitas vezes há divergências sobre como conduzir o trabalho. Aponta os embates que enfrentou ao chegar. Em sua experiência, os novos funcionários, inclusive ela própria, se depararam com os antigos monitores. Grandes dificuldades se impuseram, visto que, com a implantação do ECA, caberia a ela, psicóloga, colocar em prática as determinações trazidas por essa nova legislação. Naquela ocasião, os novos funcionários começaram a dar um treinamento a esses monitores, já afastados, que seriam “transformados” em educadores a partir daquele momento. Com isso estabeleceu-se uma relação de hierarquia versus experiência no cargo, que prejudicou, segundo a profissional, o estabelecimento de alianças entre os novos profissionais e os antigos: *“Estávamos acabando de chegar, mal conhecíamos a dinâmica institucional, mal entendíamos a lei, mas como éramos os ‘novos’, os ‘modernos’ e os ‘arejados’, estávamos dando esse treinamento que falava da nova política, do ECA, da questão da proteção, do não-bater, porque os monitores batiam (...)”* (psicóloga).

O treinamento provocou uma relação afetiva hierarquizada na qual os novos ocupavam os lugares de mando, fato que levou uma das monitoras mais antigas a se recusar a receber o treinamento. A monitora se dirige à profissional com agressividade e diz: *“até imagino você com essa sua carinha que deve saber muito pouco da vida (esta mulher já era uma senhora) vir me ensinar como é que se faz o meu trabalho”*. E continuou: *“você não sabe o que é isso aqui, você não sabe o que é a FEBEM, mas tudo bem (...)”* (psicóloga).

Outro profissional nos traz também, em uma segunda entrevista, sua dificuldade em estabelecer relações, porém com a comunidade local. Esse nos fala de intervenções feitas junto à vizinhança para que se pudesse divulgar o trabalho do abrigo. Tais intervenções pretendiam desconstruir formas naturalizadas e desqualificadas de

percepção dos abrigos, contribuindo para o fortalecimento desses espaços de acolhimento. Trazemos aqui um recorte de sua fala:

A princípio recebemos muitas críticas, porque abrir um abrigo do lado de uma casa de uma pessoa 'normal' é um absurdo: 'Tá trazendo um monte de bandido pra cá?'. O trabalho que tinha que fazer antes com a comunidade, com os vizinhos, aquela coisa de levar o açúcar para o vizinho e fazer um bolo, chamar para a festa de aniversário. Tudo isso é importante, criar um clima. Porque quando você chega, todos estão querendo te ver longe dali. (coordenador do abrigo)

Podemos observar que esses profissionais nos relatam práticas que se dão no cotidiano dos abrigos e que nos ajudam a ver as inúmeras relações de forças que perpassam direta e indiretamente tais espaços. Seja através da tentativa de se criar relações mais transversais de trabalho, alianças, ou através de gestos singelos e pontuais na esperança de poder aproximar as realidades do abrigo e da comunidade, esses profissionais nos mostram que é possível construir, no dia-a-dia, práticas que possam ajudar a afirmar um trabalho transversalizado, que se inventa e se cria nas adversidades/diferenças.

Uma prática do possível em meio às lógicas salvacionistas e da caridade:

Como já visto anteriormente, com a promulgação do ECA, os abrigos, entendidos como estabelecimentos de proteção à criança e ao adolescente, deveriam desviar-se da lógica salvacionista e da caridade que tem como eixo central estratégias de sujeição e o embotamento do processo de construção da autonomia. Entretanto, uma lei não se impõe por si só, é legitimada pelas práticas cotidianas daqueles que a implementam. No cenário dos abrigos, pudemos perceber, nas entrevistas, mitos¹⁰ que povoam o imaginário de alguns profissionais que atuam nesses estabelecimentos e que direcionam suas ações no sentido do esquadrinhamento de histórias e vidas. Um desses mitos pontua a família como o lugar por excelência de cuidado e proteção de crianças e jovens. Para muitos teóricos da área *psi*, da educação e da assistência social, a família é entendida como o espaço insubstituível para a garantia de sobrevivência, para o desenvolvimento saudável e harmonioso e para a proteção integral dos filhos, cabendo a ela propiciar os aportes afetivos ao bem estar de seus membros.

Nesse sentido, crescer num abrigo e, portanto, longe da família é partir da desvantagem emocional. Em outras palavras, viver e se desenvolver em estabelecimentos que escapam à estrutura familiar coloca a pessoa no lugar do insucesso quanto ao processo de construção da autonomia. Tal crença, construída tendo como base o modelo da família burguesa, foi sendo disseminada entre profissionais do campo

social, dentre eles os da saúde e da educação, como um dispositivo de individualização e despolitização da questão social, conforme nos pontua Donzelot (1986). Esse autor analisa historicamente como, no final do século XIX, inúmeras publicações médico-higienistas são produzidas com a finalidade de orientar e direcionar as mulheres no cuidado aos seus filhos, cabendo a elas a responsabilidade com a saúde e a educação da prole.

Ratificando esses princípios, assistimos nas décadas de 1970/1980, no Brasil, a emergência de modelos de internato pautados na tentativa de reprodução da lógica familiar, tais como as “Casas Lares”, que tinham “pais sociais” como figura central de acolhimento. Deles se esperava um sentimento de familiaridade, ou seja, amor e responsabilidade. Atualmente, apesar de estudos colocarem em análise a verdade da família como a base de tudo, muitos profissionais dos abrigos ainda são afetados por essa lógica institucionalizada e convivem com sentimentos de impotência/incompetência por não conseguirem romper com esse discurso/prática. Afirmo um profissional entrevistado: *“Porque elas às vezes entravam ali dentro pra falar comigo ‘eu quero sair daqui, e quero sair daqui, eu quero sair daqui’, era esse o discurso. E eu também ficava nessa posição, tinha esse papel da minha angústia de estar querendo tirar elas dali também. E aí tem essa impotência, de que a gente também não pode ficar tirando (...)”* (psicóloga).

Com estes sentimentos ocorre um movimento de culpabilização e de adoecimento do técnico por não poder ajudar as meninas abrigadas da forma que idealizava.

O fato narrado nos leva a pensar a noção de implicação, uma “revolução” no mundo positivista da academia ao romper com a ideia de objetividade e neutralidade do pesquisador e/ou do profissional que realiza uma intervenção. Esse conceito trata do lugar de saber-poder ocupado por nós, pesquisadores, na divisão social do trabalho, bem como do nosso grau de pertença/referência com as instituições que atravessam e constituem o campo de intervenção. Esta vai além da análise de sentimentos e emoções que nos atravessam, considerando também o compromisso ético/político impresso em nossas ações cotidianas. Fala, portanto, do lugar em que nos colocamos e do sentido que imprimimos em nossos discursos cotidianos.

Colado a esse conceito, Lourau (1993) traz a ideia de sobreimplicação. Ou seja, prática que isola, restringe e até mesmo exclui campos de análise. Tal postura, além de individualizar as questões sociais, encobre as redes de produção do tecido social. É, de

certo modo, um contraponto da análise de implicações, entendida como prática que procura dar visibilidade às diferentes instituições que nos afetam, atravessam e constituem, bem como o efeito de nossas ações, o nosso compromisso ético-político.

Retornando ao processo de construção de autonomia nos abrigos, transitar por um campo sobreimplicado pode significar positivar a lógica que diz serem eles, necessariamente, espaços da falta, produtores de menos valia e de sujeição.

Caminhando num entrelaço, percebemos como profissionais que atuam nos abrigos os percebem como espaços fechados, duros e disciplinares. Comparados às instituições totais estudadas por Goffman (2001), que se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral, tendo suas vidas na instituição geradas por uma equipe profissional, esses ganham o estatuto de estabelecimentos de aprisionamento, como nos relata um entrevistado: *“elas falaram que o muro do abrigo não é só aquele muro, que aquilo era uma prisão, que ‘se eu pudesse passava uma borracha nisso na minha vida’, ‘se eu tiver um filho e precisar abrigar vai ser numa condição que não tiver jeito...’*”(psicóloga)

Outras falas ratificam a ideia do aprisionamento:

Queriam sair porque ali elas estavam presas, digamos assim, porque só podiam sair para ir à escola e voltar. Portão sempre trancado, dificuldade de circulação, orientação de sair sempre acompanhada. (...). Essas práticas também aparecem vinculadas a uma preocupação com o cuidado e a proteção das meninas, já que o abrigo se localizava em uma região perigosa. (psicóloga).

Apesar do mito que afirma os abrigos como estabelecimentos que atuam basicamente na lógica do assujeitamento, outras falas nos mostram práticas menos endurecidas e potencializadoras do processo de construção de autonomia: *“A gente não obriga a criança a ficar aqui. Não sei se vocês notaram, são os próprios meninos que abrem o portão. São eles que vão comprar pão. Os maiores vão para o colégio sozinho. Vão para o curso, vão para a igreja. A gente não fica com uma criança que não queira ficar”*. (assistente social)

E assim como na fala de uma psicóloga de abrigo: *“Trabalhar com as crianças a atual situação em que elas se encontram. Uma análise do cotidiano, pensando as vantagens e desvantagens (perdas e ganhos) de estar nesse lugar”*. (psicóloga).

Sintetizando, pudemos observar a existência das lógicas salvacionistas e da caridade convivendo com práticas possíveis de construção do processo de autonomia.

Práticas que dizem da construção de territórios existenciais:

Os abrigos surgem em um modelo de sociedade que Foucault (1977) nomeia disciplinar. Segundo o autor, nesse modelo, os corpos seriam disciplinados – seus tempos e movimentos – para se tornarem mais produtivos. Assim, foram desenvolvidos estudos, técnicas e até formas arquitetônicas que tornassem docilizados estes corpos.

Nesse contexto histórico, escolas, hospitais psiquiátricos, prisões e orfanatos se configuraram de modo a formatar as crianças de acordo com as exigências do Estado (instituição escolar), a servirem de depósito aos transgressores das leis e das normalidades (hospitais psiquiátricos e prisões), lugar onde se poderia guardar os filhos da pobreza e os bastardos burgueses (orfanato). Construídas em meio a essa lógica, essas instituições são perpassadas por práticas muito rígidas, as quais constituem a vida dos sujeitos: castigos, horários fixos, roupas uniformizadas etc.

Com o neoliberalismo, que prega uma política de flexibilização e no qual há uma reorganização espacial que desloca as práticas de esquadramento sobre o físico/material para o virtual/invisível, Deleuze (1992) nos alerta para o surgimento de outra lógica: a de controle, que coexiste com a disciplinar. A diferença é que, no modelo da disciplina, aparelhos, regras e práticas são mais visíveis e, no modelo de controle, o que temos são práticas de influência que se incorporam, de forma sutil e muitas vezes imperceptível, ao próprio modo de se estabelecer a vida. Os abrigos estão inseridos neste contexto e possuem tanto heranças dos aparelhos disciplinares como práticas de controle. Uma de nossas entrevistadas que, além de na época trabalhar num abrigo, já havia sido abrigada, nos relatou que, nos locais em que viveu, as roupas eram todas numeradas, que não existia nada que fosse dela e que isso a fazia sentir-se sem identidade: *“Eram numeradas só as roupas da instituição. Hoje eu entendo que começava a perder a identidade que eu já não tinha, o mínimo que você tinha, perdia. Então ali foi a questão da perda, de desconstrução total porque não tinha referência com nada”*. (educadora).

Entendemos por essa fala que a padronização e a serialização dos objetos tornam mais fácil a captura dos sujeitos, os quais se veem impossibilitados de reconhecer e afirmar suas singularidades. Desse modo, compreendemos a sensação de “não eu”, uma vez que não foi possível a construção de um território existencial para que aquele corpo se expressasse.

Apreendemos em outra fala da mesma entrevistada uma situação que viveu em um dos locais onde morou. Nesse, ela podia circular pela cidade para comprar pão, ir para a escola desacompanhada, possuía objetos pessoais. Tais fatos foram possibilitando a criação de contornos a partir dos quais ela pôde se reconhecer como uma paisagem, com cores, formas e movimentos. Ou seja, naquele emaranhado, pôde advir um sujeito efeito do encontro com a cidade, pessoas, casa de acolhimento, escola, entre outros. Um sujeito múltiplo, mas ao mesmo tempo singular por se apresentar enquanto um recorte. Esse é passageiro, diferente de qualquer outro e dele mesmo em outra época, como nos relatou a própria entrevistada.

Com esses relatos, foi possível perceber como as práticas de controle podem dificultar ou até mesmo impedir os fluxos da vida. Considerando sua variabilidade, poderíamos afirmar que essas práticas rígidas não são autônomas. Entretanto, mesmo nos estabelecimentos em que essas acontecem, há sempre aquilo que foge: práticas que se dão no cotidiano e que possibilitam que a singularidade aconteça, como nos aponta Foucault (2004) quando diz que sempre há prática de resistência, que nada é totalmente capturado: “Sempre há possibilidade, em determinado jogo de verdade, de descobrir alguma coisa diferente e de mudar mais ou menos tal ou tal regra, e mesmo eventualmente todo o conjunto de jogo de verdade”. (FOUCAULT, 2004, p.282 e 283)

Sintetizando...

A partir do caminho percorrido, em que nos deparamos com modos de conceber autonomia mais individualizantes e outros mais coletivos, achamos importante pensar no próprio contexto em que esses são produzidos. Para isso, lançamos mão de Guattari e Rolnik (2010) quando analisam a sociedade capitalística. Nela, o Estado não possui uma estrutura armada, é poroso e composto de corpos singulares, que entretêm, ao mesmo tempo, antagonismos e cumplicidades entre si. É, então, nesses “espaços entre” que são afirmadas cotidianamente práticas de autonomia, que há quebras na lógica de destino que afirma, para crianças abrigadas, uma dependência continuada do Estado pelo resto de suas vidas, salvo as exceções que, por meio de muito “esforço”, conseguem independência. Entretanto, independência e autonomia não são sinônimos. Não é alcançando independência que o indivíduo se torna autônomo. O processo de autonomia diz respeito à possibilidade de criação/recriação de si, a um constante processo de diferenciação onde nada está parado. É um movimento contínuo e intenso, onde se torna possível o exercício de liberdade cotidiano – quando se chega ao limite

de uma forma, quando esta não mais cabe em um corpo, ela irá se reconfigurar, afirmando outro modo/outra vida.

Assim, compreendemos o processo de autonomia nos abrigos acontecendo na interface de todos os atores que o compõem enquanto uma instituição, no sentido da análise institucional. Tal produção diz respeito a um jogo de forças, aos movimentos instituído e instituinte¹¹, aos discursos/práticas que circulam nos estabelecimentos. Não se trata somente da prática de cada um, onde cada um tem que fazer sua parte, mas de atos singulares que afirmam um campo de diferenciação do que está instituído. Esses atos podem surgir de uma fala, de um acontecimento, por meio da promulgação de alguma lei, tanto do plano macro como do micro, reforçando assim a ideia de que a autonomia é um processo que se constrói coletivamente e que se dá em meio a fazeres e relações de forças.

É importante ressaltar, ainda, que os discursos/práticas apresentados aqui não são pulsantes ou dominadores em si. Constituem-se a partir de certos contextos históricos que produzem certos modos de subjetivação, certas estéticas da existência. Tal postulado cabe para as análises de nossa própria pesquisa; caso contrário, estaremos passando de uma verdade a outra, e o que pretendemos é justamente a desconstrução de verdades totais, para que um campo inventivo se abra, campo que permita a afirmação de verdades possíveis e provisórias.

Referências

- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e Adolescente*. Lei Federal 8.069/90.
- BRASIL. *Código de Menores*. Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.
- BULCÃO, I. A Produção de Infâncias Desiguais - uma viagem na gênese dos conceitos criança e menor. In: Nascimento, M.L (org.) *PIVETES. A produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, Niterói Intertexto, 2002.
- CHIZZOTI, A. *A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como pratica da liberdade. In: Ética, Sexualidade, Política. *Ditos e Escritos*, vol. 5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GUATTARI, F. A Transversalidade. In: *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.
- LOURAU, R. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MOSÉ, Viviane. Nietzsche e a genealogia do sujeito. *Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*, n.4, 1996.
- PASSETI, E. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: DEL PRIORI, M. (org) *Historia das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- RABINOW, P; DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Lygia Santa Maria Ayres
Psicóloga e pesquisadora do Serviço de Psicologia da UFF
email: lygia.ayres@gmail.com

Adrielly Selvatici Santos
Psicóloga graduada pela UFF, mestranda em psicologia institucional pela UFES
email: a.selvatici@yahoo.com.br

Izabel Taveira Manhães Braga
Psicóloga graduada pela UFF e especialista em Saúde Mental
e-mail: izabeltm@hotmail.com

Ludmila da Cunha Mose Ferreira
Psicóloga graduada pela UFF e residente em psicologia clínico-institucional pela UERJ
email: ludmila.mose@hotmail.com

¹ Esse artigo é uma ampliação do texto “Abrigo, Juventude e Autonomia: seus entrelaços e efeitos”, apresentado no V JUBRA e disponibilizado no link <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-31.pdf>

²Esta pesquisa é vinculada ao Laboratório de Subjetividade e Política (LASP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) junto ao Departamento de Psicologia e do Serviço de Psicologia Aplicada.

³ Nesse texto, utilizamos o termo *abrigo* como equivalente ao de *acolhimento institucional de crianças e adolescentes*, empregado recentemente. Nossa escolha por manter a terminologia antiga se faz por uma coerência com a pesquisa anterior, a que se refere às entrevistas com os profissionais dos abrigos.

⁴ Podem funcionar como elementos analisadores uma fala, um episódio ocorrido, uma falha cometida, enfim, qualquer coisa que instigue, incomode, que de certa forma aponte os jogos que habitam a própria instituição em questão, suas forças, e leve a uma postura de estranhamento e questionamento.

⁵ Entendemos como instituições não apenas o abrigo, mas também a família, a assistência, a infância. Procuramos cartografar na fala dos entrevistados instituições que atravessam o campo problemático em questão. Para Lourau (1993), uma instituição é uma dinâmica de forças contraditórias. Por um lado, há forças de institucionalização, ou seja, aquelas que produzem a manutenção e a perpetuação das relações institucionais. Por outro, há forças de autodissolução, isto é, aquelas que provocam mudanças e rupturas nas relações.

⁶ Se na lei Penal do Império (1830) o termo menor associava-se à faixa etária, a partir da segunda metade do século XIX começava a ganhar contornos de infância pobre - perigosa e em perigo. Com a promulgação do Código de Menores de 1927, tal postura se afirma, permanecendo até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para maiores discussões ver BULCAO (2002).

⁷ Para aprofundamento desta discussão, consultar *O Normal e o Patológico* de Georges Canguilhem.

⁸ Com o ECA, a pobreza deixa de ser condição para a retirada do poder familiar, tanto definitiva quanto provisoriamente. Entretanto, na prática, podemos observar que ela ainda é uma condição para o abrigamento, porém mascarada por outros conceitos como os de negligência e vulnerabilidade.

⁹ O critério de composição a que nos referimos embasa-se nas formulações espinosistas. Segundo o autor, trazido por Deleuze (2002), somos corpos efeitos de afecções e há pelo menos dois tipos delas: ações e paixões. As ações derivam do próprio corpo e as paixões advêm do encontro com outros corpos. Do encontro entre corpos pode-se ter como efeito uma paixão triste, a qual diz de uma decomposição – o encontro do meu corpo com o do outro traz uma subtração –, ou paixão alegre em que a potência do outro corpo se adiciona à nossa, neste caso há uma composição de corpos.

¹⁰ Entendemos mito como Barthes (2001) e pode ser caracterizado como um discurso construído na/pela história com o princípio básico de transformar a história em natureza.

¹¹ O instituído pode ser considerado uma forma cristalizada de um pensamento ou prática, resiste tendendo a se fechar em uma única possibilidade, à persistência do ser. Com relação à força instituinte, essa tende a transformar as instituições e operar modificações em suas características; funcionaria como aquilo que atravessa e tenta romper com o que está instituído, ou, ao menos, abalar sua estrutura; é marcada pela ação de produção constante de criação. Para mais esclarecimentos ver Lourau (1993).